



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

MATHEUS CANDEIA DE ALMEIDA

**UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO
CORONAVÍRUS NOS HÁBITOS FINANCEIROS, DE RENDA E
POUPANÇA NO RIO DE JANEIRO**

Rio de Janeiro

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

MATHEUS CANDEIA DE ALMEIDA

**UM ESTUDO SOBRE OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO
CORONAVÍRUS NOS HÁBITOS FINANCEIROS, DE RENDA E
POUPANÇA NO RIO DE JANEIRO**

Monografia do curso de Ciências Contábeis, da FACC
da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Luiz Antonio Ochsendorf Leal

Rio de Janeiro

2022

“Dedico este trabalho a minha amada mãe Marta Maria Candeia O’Sullivan, para ela, minha educação sempre foi a maior prioridade. O presente trabalho é fruto de seu esforço. Sempre te amarei e sempre serei grato a ti.”

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar e compreender os impactos da pandemia do coronavírus na mentalidade financeira, na renda e poupança de uma amostra coletada na cidade do Rio de Janeiro. Bem como, identificar a percepção da população quanto ao seu entendimento acerca de finanças pessoais e possíveis alterações em seus hábitos financeiros após o início da pandemia. A metodologia de pesquisa é descritiva e exploratória, foi utilizada a amostragem por conveniência, coletada através de redes sociais. Constatou-se através da análise dos dados coletados com 159 cidadãos da cidade do Rio de Janeiro por meio de questionário online com 24 perguntas, sendo a maior parte dos respondentes do sexo feminino entre 21 e 30 anos, uma mudança na mentalidade financeira após o início da pandemia, bem como impactos majoritariamente negativos em suas respectivas rendas e poupanças. Ao final, foi possível identificar a importância da educação financeira para garantir segurança e estabilidade, principalmente em tempos de crise.

Palavras-chave: Finanças pessoais; Gestão financeira; Conhecimento financeiro; Finanças comportamentais; Pandemia

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	1
1.1.	PROBLEMA DE PESQUISA.....	2
1.2.	OBJETIVOS.....	2
1.3.	JUSTIFICATIVA.....	2
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	3
2.1.	EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	3
2.2.	FINANÇAS PESSOAIS.....	6
2.3.	PANDEMIA E SEUS IMPACTOS NAS FINANÇAS DOS BRASILEIROS.....	8
3.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	10
3.1.	MÉTODO DE PESQUISA.....	10
3.2.	PESQUISA E SUA NATUREZA.....	11
4.	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	11
4.1.	PERFIL DOS RESPONDENTES.....	12
4.2.	PERFIL ECONÔMICO.....	12
4.3.	CONHECIMENTO EM FINANÇAS PESSOAIS.....	13
4.4.	INDICADORES ANTES E DEPOIS DA PANDEMIA.....	15
4.5.	MENTALIDADE FINANCEIRA.....	19
5.	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	20
6.	CONCLUSÕES.....	22
7.	REFERÊNCIAS.....	23

1. INTRODUÇÃO

Quando reportado no final de 2019, o COVID-19 não assustava os brasileiros. Não era entendida a gravidade da doença ou como ela se propagaria pelo mundo e viria a afetar suas vidas por tanto tempo. O novo vírus causava uma doença respiratória, até então desconhecida, e após se espalhar pelo mundo todo, em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu que estávamos lidando com uma pandemia (OMS, 2020).

A fim de conter o contágio e avanço da doença, a orientação mais importante passou a ser o distanciamento e isolamento social, que é uma prática com potencial de colaborar para o desenvolvimento de problemas psíquicos, comportamentais, e mudanças de hábito e do estilo de vida (Wang, Pan, Wan, 2020). No Brasil, outro fator que também contribuiu para as mudanças comportamentais, de hábito e no estilo de vida durante esse período foi a taxa de desemprego, que colaborou em uma mudança no perfil de gastos e consumo de muitas famílias (Werneck, Carvalho, 2020).

O tema de finanças pessoais vem tendo um crescimento expressivo no Brasil, desde o início do século XXI, as produções relacionadas a este visam complementar o conhecimento da economia tradicional. Com cada vez mais profissionais, sejam economistas, administradores de empresas ou psicólogos, realizando pesquisas e estudos nesse campo, gerando contribuições na economia a partir do conhecimento psicológico relacionado às decisões financeiras. Quando tratamos sobre a tomada de decisões individuais relacionadas a finanças, precisamos levar em consideração tanto estudo de finanças pessoais, educação financeira e seus conceitos quanto o cenário envolvido em tais decisões.

Agora, tendo em vista uma sociedade sob um novo palco, de incerteza, inflação, crise, e, principalmente, de uma pandemia nunca antes vista, como o coronavírus, se faz importante a compreensão de como os brasileiros se comportaram em relação a suas finanças durante esse período. Além disso, se fez necessário entender como os impactos gerados nos anos de 2020 e 2021 afetaram a estratégia econômica desses indivíduos em relação às suas finanças pessoais.

O presente estudo consiste em uma investigação acerca do tema de finanças pessoais, com objetivo de revisar e analisar como a pandemia do COVID-19 afetou a vida econômica

dos cidadãos no Brasil, junto com a observação de como o impacto gerado por esse cenário pode ter influenciado a dinâmica financeira desses indivíduos.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA

Razões e emoções podem influenciar nas tomadas de decisões relacionadas à vida financeira? E uma pandemia? Estudos na área de finanças comportamentais ganharam espaço e mostram que sim. De acordo com Shefrin (2010), apesar do primeiro artigo a ser publicado nesta área de finanças foi o de Slovic (1972), apenas após a década de 80, os teóricos da área financeira aos arredores do mundo iniciaram a adesão de fatores comportamentais em suas pesquisas.

Considerando este novo cenário promovido pelo COVID-19, que afetou diretamente a rotina, os hábitos, a vida, o comportamento e a saúde dos indivíduos (Wang, Pan, Wan, 2020), questiona-se a mudança no comportamento financeiro dos brasileiros durante este período, através do contraste entre os hábitos destes antes e após a pandemia.

1.2. OBJETIVOS

O presente estudo possui como objetivo geral investigar o impacto causado por um cenário de crise e pandemia do coronavírus na mentalidade financeira e nos aspectos socioeconômicos da amostra, pesquisada no município do Rio de Janeiro, de acordo com a teoria das finanças pessoais.

1.3. JUSTIFICATIVA

Com o advento da pandemia, torna-se imprescindível a quarentena que, apesar de se mostrar eficaz para a redução na transmissão do vírus, tem o grande potencial de desencadear diversos problemas psíquicos e comportamentais, além de mudanças de hábito e do estilo de vida (Wang, Pan, Wan, 2020). Com diversas áreas da vida, emprego, escola, lazer, afetadas por um cenário de isolamento social, um sentimento coletivo de desamparo e abandono pode se tornar parte da nova rotina dos indivíduos em pandemia, além dos impactar a economia em larga escala e a sociedade como um todo (Ornell, Schuch, Sordi, Kessler, 2020).

De acordo com Reardon (2015), a quantidade de pessoas que têm sua saúde mental afetada durante epidemias tende a ser maior que a quantidade de pessoas afetadas pela infecção em si, e essas implicações psicológicas também podem durar mais tempo. Em um cenário de incerteza global, a cada dia que passa fica mais difícil se manter sã sem saber qual a próxima vez que o sol poderá tocar sua pele. Além dos fatores comportamentais e das mudanças de hábito consequentes do cenário, devemos destacar a situação econômica de famílias que tiveram sua fonte de renda interrompida ou reduzida, pois houve uma alta taxa de desemprego durante esse período (Werneck, Carvalho, 2020).

Desemprego. Isolamento. Crise. A pandemia parece não ter sido um período fácil para o Brasil. Torna-se necessária a investigação do comportamento em relação às finanças pessoais durante a época da pandemia, a fim de entender como esses indivíduos foram impactados durante o período.

Este estudo visa a observação do comportamento pré e pós pandêmico financeiro, como meio de compreender a relação dos indivíduos investigados com suas finanças pessoais. Analisar como foram afetados pela pandemia do coronavírus e como se comportaram após essa experiência.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, educação financeira é “o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro”. Os estudos encontrados sobre educação financeira enfatizam, principalmente, a correlação entre as variáveis renda e riqueza, além da correlação entre nível educacional e renda. Evidenciam,

ainda, a importância do conhecimento financeiro sobre as decisões econômicas e financeiras tomadas ao longo da vida dos indivíduos (COSTA; MIRANDA, 2013).

Em seu estudo de 2011, a OECD, conceituou educação financeira como o processo pelo qual consumidores ou investidores melhoram o seu entendimento sobre os conceitos e produtos financeiros onde, por meio da informação, instrução e/ou aconselhamento dos objetivos, desenvolvem habilidades e adquirem confiança para tomar consciência de riscos e oportunidades financeiras, para fazer escolhas conscientes, saber onde buscar ajuda e tomar outras medidas eficazes para melhorar a sua proteção e o seu bem-estar financeiro.

De acordo com Lusardi e Mitchell (2007), a educação financeira e planejamento para a aposentadoria estão diretamente ligadas, logo, o hábito de poupar dos indivíduos estaria intimamente ligado a uma maior educação financeira. Enquanto para Bernheim e Garret (2003), quanto maior a escolaridade e a renda do indivíduo, maior a propensão à poupança.

Para garantir uma boa educação financeira, capaz de guiar de forma positiva o indivíduo em meio às diversas decisões econômicas, também se faz necessária a alfabetização financeira, que possui um amplo significado, pois engloba conhecimento, atitudes e comportamento. De acordo com Remund (2010), abrange categorias que a definem como: conhecimento dos conceitos financeiros; inteligência sobre eles; habilidade de administrar as finanças pessoais; aptidão em tomar decisões financeiras conscientes e confiança em planejamentos a curto, médio e longo prazo. Englobando também a capacidade de entendimento sobre o conhecimento de finanças pessoais e a capacidade de aplicação desse conhecimento.

Podemos dizer que a alfabetização consiste na combinação entre conhecimento, comportamento, atitude e consciência, sendo um fator determinante nas tomadas de decisão que podem influenciar diretamente na obtenção do bem-estar pessoal e financeiro. Esse tipo de informação tem grande papel no comportamento de guardar dinheiro, mostrando que, para se tomar decisões boas, que possam contribuir para um futuro melhor, é importante o desenvolvimento de um comportamento a partir do conhecimento financeiro.

Um indivíduo com esse nível de educação possui maior capacidade para processar informações econômicas, tomar decisões informadas sobre o planejamento financeiro, acumulação de riqueza, dívida e pensões. Lusardi e Mitchell (2014) afirmam que o

conhecimento financeiro e o comportamento de investidor também ajudam para uma melhor performance na educação financeira.

Quando falamos sobre educação e alfabetização financeira, é necessário ter em mente que é um tema ainda pouco abordado no Brasil quando comparado a outros países que estão associados à OCDE. Esta, faz referência a alfabetização financeira como o conhecimento e cognição de conceitos e riscos financeiros, as competências, estímulo e confiança para aplicar essa prática e compreensão, a fim de realizar escolhas eficazes numa variedade de contextos financeiros, para melhorar o bem-estar econômico dos indivíduos e da sociedade, de forma a permitir a participação na vida financeira. No país, quando tratado, o tema meramente se refere à educação financeira, dado a esta apenas o significado como um processo pelo qual os consumidores financeiros ou investidores melhoram a sua compreensão sobre os conceitos e produtos financeiros também relatados pela OCDE (2013).

Além do conhecimento financeiro, outro aspecto a ser entendido e abordado é a atitude financeira, esse podendo ser definido como crenças econômicas e não econômicas possuídas por um indivíduo que tome decisões financeiras, ou seja, entende-se que são suas ações em relação a finanças, baseadas e projetadas de acordo com sua cultura, vivência, conhecimento e deduções sobre o tema (AJZEN, 1991).

Sintetizada por Remund (2010) como a construção de condutas que vão além de apenas ganhar, gastar e poupar dinheiro. Para Atkinson e Messy (2012), a atitude financeira está ligada com a capacidade de priorizar decisões financeiras diárias, equilibradas no curto, médio e longo prazo com seus desejos.

Todas essas informações tornam possível a realização de um planejamento, Remund (2010) fala que este é uma gestão financeira a longo prazo, já a capacidade de tomar decisões financeiras é a curto prazo e que se complementam para um desenvolvimento em relação a alfabetização financeira. Gerando o comportamento financeiro, relacionado aos comportamentos pessoais que os indivíduos adotam e de acordo com Mundy (2011), devem estar pontuados em cinco princípios: i. Honrar com as despesas; ii. Ter as finanças sob controle; iii. Planejar o futuro; iv. Fazer escolhas assertivas de produtos financeiros; v. Manter as questões financeiras atualizadas. Já Atkinson e Messy (2012), o comportamento financeiro é importante e influencia o pensar antes de fazer uma compra, a construir relevância para orçamentos, pagar contas a tempo.

Como afirmam Noctor, Stoney e Stradling (1992 apud BEAL; DELPACHITRA, 2003) propor o conceito de educação financeira referente à habilidade de tomar decisões eficazes em relação a gestão e uso de dinheiro, o conhecimento financeiro está diretamente ligado ao tema, alfabetização financeira e é habitual encontrar autores que utilizam alfabetização financeira como sinônimo de conhecimento financeiro. Conhecimento financeiro, então pode ser tratado como autoconfiança na tomada de decisões financeiras (Huston 2010) e também na capacidade de usar o conhecimento e as habilidades adquiridas para uma gestão melhor (Hung, Parker e Yoong 2009).

2.2. FINANÇAS PESSOAIS

O conceito de finanças é bastante abordado, para Gitman (2002), "finanças é a arte e a ciência de administrar fundos", o autor ainda ressalta que maior parte dos indivíduos ou organizações busca obter em algum período de sua vida, a aquisição de receitas ou acúmulo de capital, tanto para gastar quanto investir. Sendo assim, defende a ideia que finanças “ocupa-se dos processos, instituições, mercados e instrumentos envolvidos na transferência de fundos entre pessoas, empresas e governos” (GITMAN, 2002, p.4).

No entanto, Bitencourt (2004) a ciência das finanças estuda a forma como pessoas, individualmente ou em grupos, utilizam os recursos adquiridos ao longo do tempo. Dessa forma, o autor expressa que “a teoria financeira consiste em um conjunto organizar o pensamento na destinação de recursos com base em modelos quantitativos que servem para avaliar alternativas e tomar decisões” (BITENCOURT 2004, p.29).

Quando falamos sobre finanças, Evangelista et al. (2012) prioriza alguns dos principais conceitos, como: administração de receita e despesas, o orçamento doméstico, decisões referentes a financiamentos, o patrimônio, a aposentadoria, a previsão de rendimentos e a priorização de investimentos. Dessa maneira, “qualquer pessoa, independentemente de sua atividade profissional, deve se manter informada quanto aos princípios básicos necessários para administração de sua vida financeira” (EVANGELISTA et al. 2012, p. 3). Através das definições abordadas, é possível entender que finanças pessoais se tratam do processo de gerenciar o próprio capital através de métodos de controle e planejamento financeiro, tendo como objetivo potencializar a eficiência econômica, tendo

foco no aumento da receita do indivíduo decorrente da suas próprias decisões, estando diretamente ligada à educação e ao comportamento financeiro.

Podemos concluir que para alcançar resultados positivos e desejados, é necessário o conhecimento dos instrumentos financeiros para compreender e entender o mercado e suas funcionalidades. Logo, quanto maior for o conhecimento referente aos instrumentos financeiros pessoais ou organizacionais, melhores serão as decisões tomadas para o uso e alocação dos recursos disponíveis, tendo assim uma minimização dos riscos existentes e maximização dos possíveis resultados positivos.

Ou seja, a forma como os indivíduos lidam com o dinheiro está diretamente ligada à educação, experiências, vivências, e tudo aquilo presenciado durante seu crescimento até sua fase adulta. Logo a educação financeira é algo ininterrupto, constante, e os acompanhará por toda sua existência, (FRANKENBERG 1999).

Como podemos observar, para ter um desempenho financeiro desejável, é necessário o conhecimento em finanças, vê-se a importância da educação financeira na vida das pessoas, para que tenham maior compreensão sobre o seu dinheiro e como utilizá-lo sem prejudicar sua vida financeira.

As finanças pessoais podem ser o caminho para o crescimento ou declínio financeiro, tanto para o indivíduo quanto para famílias ou organizações, graças a grande influência na vida das pessoas, o que muitas vezes faz com que ocorram mudanças de hábitos e costumes devido à má administração financeira. Podemos concluir que grande parte das pessoas tem como meta, alcançar uma estabilidade financeira, para que assim possam suprir suas necessidades e desejos pessoais. Ou seja, a tomada de decisão é de fundamental no âmbito financeiro, uma vez que é através dela que o indivíduo poderá aumentar seu capital próprio ou se deixar levar pelo endividamento.

Tendo em mente a importância de finanças pessoais, educação financeira, e a gestão do capital, e através da compreensão de suas definições, é possível identificar de forma mais clara a melhor maneira de administrar o capital.

2.3. PANDEMIA E SEUS IMPACTOS NAS FINANÇAS DOS BRASILEIROS

A COVID-19 é uma doença causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2), da família Coronaviridae, formada por vírus envelopados e que, na maioria das vezes, causam infecções respiratórias. Foi isolado pela primeira vez em 1937, como descreve LIMA (2020), no entanto, o vírus SARS-CoV, que já havia causado “susto” como durante a síndrome respiratória do Oriente Médio que circulou em 2012, depois de quase uma década torcou-se conhecido como SARS-CoV-2, detectado na China no final de 2019, e veio a resultar em um surto mundial, com milhares de casos por todos os países.

No dia 11 de março de 2020, foi declarado estado de pandemia do novo coronavírus, pelo diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, uma vez que o vírus já se fazia presente em mais de 115 países, com casos confirmados de infecção. (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Por conta desse novo cenário, segundo Oliveira, Lucas e Iquiapaza, (2020) medidas de higiene foram recomendadas pela OMS para controlar a disseminação do vírus, tais como higienização das mãos com água e sabão, uso de álcool em gel sempre que possível. Também foi recomendado evitar tocar olhos, nariz e boca, proteger a boca ao espirrar e tossir, e até mesmo o uso obrigatório de máscara, manter distância social (mínimo de um metro) e também o isolamento social, ou quarentena.

No Brasil, por meio da Portaria nº 188 do Ministério da Saúde, foi decretado estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, com classificação de risco nível 3 em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus, tornando necessário preparar o país para o enfrentamento do vírus. O primeiro caso no Brasil foi identificado pelo Ministério da Saúde no dia 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo, e todo país entrou em alerta. Medidas de higienização e controle foram tomadas seguindo a ordem da OMS.

Com a necessidade do isolamento social para evitar a propagação do vírus, começamos a ver um novo cenário pelas janelas de nossas casas, ruas vazias, comércios fechados, pouquíssimas (ou quase nenhuma) pessoas na rua, os únicos serviços que poderiam continuar a funcionar normalmente seriam aqueles essenciais para os indivíduos, como hospitais, farmácias e supermercados. A quarentena veio como uma medida provisória, de 15 dias. O que a maior parte do Brasil, e do mundo, não sabia é que passaria a ser “o novo normal” e a população passaria a viver mais de um ano em isolamento, com leis restritivas em vigor.

A pandemia do coronavírus também trouxe um efeito negativo no aspecto econômico e financeiro, pois o fechamento das atividades econômicas para prevenção do contágio trouxe consequências severas para a situação financeira de empresas e famílias. A América Latina sairá da pandemia com taxas mais altas de pobreza, segundo Luis Alberto Moreno, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), afinal muitos dos esforços para controlar o vírus farão com que o nível de desemprego e endividamento subam (SEQUERA; ARMAS; ELLSWORTH, 2020). Dados destacados por Campos (2020) mostram que a taxa de moradores de rua no Brasil em maio era de 10,1 milhões, com um aumento de 27,6%, passou a 12,9 milhões em agosto do mesmo ano, impacto preocupante para a sociedade.

Trabalhadores, autônomos, desempregados, pequenas empresas e microempreendedores passaram por uma situação crítica, poucos foram aqueles seguros de seus cargos durante os primeiros meses do vírus no país. Algumas medidas foram tomadas na tentativa de minimizar o impacto financeiro para os brasileiros, como o pagamento de um auxílio emergencial, aprovado no dia 30 de março de 2020, no valor de R\$ 600, destinado aos trabalhadores autônomos, informais e sem renda fixa, o qual foi aprovado no fim de abril pelo Congresso. Micro e pequenos empresários foram liberados para pedir empréstimos de valor correspondente a até 30% da receita bruta obtida no ano de 2019. Essas possibilidades foram um esforço na esperança de auxiliar os grupos mais vulneráveis à crise econômica causada pela disseminação da COVID-19 no Brasil. (BRANDÃO, 2020). Embora as medidas, mesmo que insuficientes, tenham gerado mais gastos para o governo, elas foram extremamente necessárias para evitar um colapso financeiro ainda maior, bem como buscaram promover uma aceleração ao retorno das atividades econômicas (LADEIRA, ZITTEI, COHEN; 2021).

Dado esse cenário, as medidas adotadas pelo governo com o intuito de reduzir o impacto da pandemia na economia e na sociedade. O benefício do auxílio emergencial, que previu durante a pandemia o repasse de 600 reais mensais a trabalhadores informais e de baixa renda, representou um impacto médio de 2,5% do PIB na economia brasileira, e é uma política que beneficia todos os setores, uma vez que as famílias que receberem esse valor irão gastar com diversas formas de consumo, e movimentar a economia em diferentes aspectos, de acordo com o Ministério da Cidadania (2020).

Tendo em vista que o medo, sensação de prisão, ansiedade, entre outros são sentimentos que foram intensificados no período de pandemia e toda uma população

vivenciando diversas alterações em seus hábitos, ciclos sociais, rotinas e vida, de forma geral, com uma série de agravamentos psicológicos, é preciso considerar o impacto desse cenário em relação às finanças pessoais. Como a população se comportou economicamente durante a pandemia? Reservas? Investimento? Educação e controle financeiro? Neste trabalho iremos estudar e analisar a fundo o impacto do coronavírus na carteira e na mentalidade financeira dos brasileiros investigados.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. MÉTODO DE PESQUISA

Para analisar os impactos da pandemia no comportamento financeiro dos cariocas com base na teoria de finanças pessoais, a pesquisa considerou uma abordagem qualitativa-quantitativa. Essa definição se deve à necessidade de integrar fontes diferentes de informações para a análise, envolvendo a subjetividade das diversas percepções e aspectos pessoais de mentalidade financeira e a objetividade da análise estatística das informações referentes ao público pesquisado, visando mensurar possíveis impactos comportamentais e financeiros da amostra.

A metodologia do trabalho é descritiva e exploratória. Quanto aos meios, revisão de literatura e aplicação de instrumento de coleta.

A população estudada são todos os residentes do município do Rio de Janeiro e economicamente ativos. Para isto, foi utilizada amostragem por conveniência, não probabilística, utilizando-se as respostas das pessoas acessadas pelas redes sociais.

Para englobar o máximo de pluralidade, diversidade de pensamentos e índices sociais, foi disparado um formulário através de redes sociais contendo questões intimamente ligadas ao tema de finanças pessoais, para detectar possíveis mudanças comportamentais e de mentalidade antes e após o início da pandemia de coronavírus.

3.2. PESQUISA E SUA NATUREZA

Quanto ao propósito, esta pesquisa pode ser classificada como uma pesquisa descritiva, pois evidencia características do comportamento humano no âmbito das finanças pessoais, evidenciando seus pensamentos e decisões financeiras. O presente trabalho também

pode ser classificado como uma pesquisa qualitativa, pois possui o objetivo de expor a percepção dos respondentes a um fenômeno, que é a mudança de pensamento e situação financeira num cenário de pandemia, e justificar as evidências encontradas com base nos conceitos de finanças pessoais.

Como objetivo específico, temos a análise das respostas coletadas através de formulários distribuídos em redes sociais e tabulados na ferramenta *Microsoft Excel*. Foram realizadas diversas perguntas para indivíduos economicamente ativos e residentes no município do Rio de Janeiro sobre os impactos da pandemia em seu comportamento financeiro e suas finanças. Através destas respostas tornou-se possível compreender as consequências do Covid-19 para os cidadãos cariocas.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo irá descrever as análises dos resultados obtidos a partir dos dados coletados durante a realização da pesquisa.

O mesmo foi dividido em 5 partes, detalhadas conforme a seguir: A primeira parte irá abordar o perfil dos respondentes, identificando fatores como idade, gênero e escolaridade. Já na segunda parte abordaremos o perfil econômico para entender a situação socioeconômica do respondente. Depois, passaremos para a parte onde é verificada a percepção do respondente acerca de seus conhecimentos em finanças pessoais. A próxima parte tem por finalidade mensurar os impactos da pandemia na renda, poupança e reservas da população e por fim breves questões para entender a mentalidade financeira dos respondentes antes e após a pandemia de coronavírus.

A coleta de dados teve início no mês de Fevereiro de 2022 e estendeu-se até Março de 2022. Conforme dito previamente, a coleta foi realizada através de questionário online, respeitando as normas de distanciamento e saúde devido à Pandemia de COVID-19.

4.1. PERFIL DOS RESPONDENTES

Inicialmente, o propósito é identificar o perfil social dos respondentes, atingindo uma amostra de 159 respostas válidas obtidas. Estes dados estão descritos na Tabela 1.

Tabela 1: Perfil dos Respondentes

Indicador Pesquisado	Frequência	%
Gênero		
Feminino	88	55,3%
Masculino	71	44,7%
Cor		
Branca	116	73,0%
Indígena	1	0,6%
Negra	13	8,2%
Parda	25	15,7%
Prefiro não dizer	4	2,5%
Faixa etária		
De 17 a 20 anos	8	5,0%
De 21 a 30 anos	102	64,2%
De 31 a 40 anos	3	1,9%
De 41 a 50 anos	12	7,5%
Acima de 51 anos	34	21,4%
Estado civil		
Casado(a)	28	17,6%
Divorciado(a) ou Viúvo(a)	11	6,9%
Solteiro(a)	107	67,3%
União estável	13	8,2%
Escolaridade		
Fundamental	1	0,6%
Médio	48	30,2%
Superior Incompleto	3	1,9%
Superior	88	55,3%
Pós-graduação	17	10,7%
Mestrado	2	1,3%

Fonte: Autor

Ao analisar os dados sociais obtidos na amostra, observamos uma maioria no gênero feminino (55,3%). Com relação à cor declarada, de acordo com os padrões estabelecidos pelo IBGE, observa-se uma grande maioria de respondentes que se autodeclararam como Brancos(as) (73,0%), em seguida Pardos(as) (15,7%), Negros(as) (8,2%), Índigena (0,6%) e respondentes que preferem não declarar (2,4%). Sobre a faixa etária, observa-se uma maioria de respondentes entre 21 e 30 anos (64,2%), seguido por respondentes acima de 51 anos (21,4%), de 41 a 50 anos (7,5%), de 17 a 20 anos (5,0%) e de 31 a 40 anos (1,9%). Quanto ao estado civil, observamos uma imensa maioria de solteiros (67,3%), seguido por casados (17,6%), união estável (8,2%) e divorciados(as)/viúvos(as) (6,9%). Na amostra também

segmentamos por escolaridade e foi registrado um número considerável de pessoas com ensino superior, correspondendo a mais da metade da amostra (55,3%).

Após recolher dados sociais e de perfil, também foi questionado quanto à situação econômica dos respondentes com o objetivo de entender e analisar seus padrões socioeconômicos.

A tabela 2, abaixo, contém informações sobre renda familiar média, ocupação, situação de moradia e dependência financeira.

4.2. PERFIL ECONÔMICO

Tabela 2: Perfil Socioeconômico

Indicador Pesquisado	Frequência	%
Residência		
Financiada	6	3,8%
Herança/Doação	5	3,1%
Moradia alugada	53	33,3%
Moradia própria	95	59,7%
Renda Familiar Média		
Até R\$ 1.100,00	6	3,8%
De R\$1.100,01 a 2.200,00	9	5,7%
De R\$2.200,01 a 3.300,00	16	10,1%
De R\$3.300,01 a 4.400,00	19	11,9%
De R\$4.400,01 a 5.500,00	15	9,4%
De R\$5.500,01 a 6.600,00	7	4,4%
Acima de R\$6.600,01	87	54,7%
Possui Dependência Financeira?		
Sim	62	39,0%
Não	59	37,1%
Parcialmente	38	23,9%
Ocupação		
Estagiário / Bolsista	32	20,1%
Empregado Assalariado	48	30,2%
Funcionário Público	7	4,4%
Profissional Liberal/ Autônomo	41	25,8%
Não Trabalha	31	19,5%

Fonte: Autor

De acordo com a tabela 2, acima, de acordo com a amostra, observamos grande maioria dos respondentes que vivem sob moradia própria (59,7%), seguido por moradia alugada (33,3%), financiada (3,8%) e herança/doação (3,1%). Foi possível também obter noções sobre a renda familiar média dos respondentes, em sua maioria (54,7%) os rendimentos familiares eram acima de 6.600,01 e por último observamos famílias que vivem com 1 salário ou menos (3,8%). Também trazemos à luz o grau de dependência financeira, sendo a maior parte da

amostra, dependente (39,0%) ou parcialmente dependente (23,9%).

Finalizando o perfil econômico dos participantes da pesquisa, o maior percentual por ocupação é de empregados assalariados (30,2%), seguido de profissional liberal/autônomo (25,8%), estagiário/bolsista (20,1%), não trabalham (19,5%) e funcionário público (4,4%).

4.3. CONHECIMENTOS EM FINANÇAS PESSOAIS

Esta etapa da pesquisa consiste em avaliar o conhecimento em finanças pessoais dos respondentes, bem como suas principais fontes para absorver conhecimentos acerca do tema. Para o campo “Principais fontes de conhecimentos em finanças pessoais” era possível marcar mais de um campo, caso desejado.

Tabela 3: Conhecimentos em Finanças Pessoais

Indicador Pesquisado	Frequência	%
Conhecimento em finanças pessoais		
Péssimo	11	6,9%
Fraco	44	27,7%
Razoável	69	43,4%
Alto	25	15,7%
Domínio	10	6,3%
Principais fontes de conhecimentos em finanças pessoais		
No cotidiano	117	73,6%
Na Universidade	30	18,9%
Em casa	85	53,5%
Redes sociais	74	46,5%
Livros	32	20,1%
Cursos/Palestras	45	28,3%
Não aprendi	12	7,5%

Fonte: Autor

De acordo com as respostas, a maior parte dos respondentes julga seu conhecimento como razoável (43,4%), seguido por aqueles que consideram como fraco (27,7%), alto (15,7%), péssimo (6,9%) e domínio (6,3%). Podemos observar que ao somar a quantidade de respostas Péssimo/Fraco, teremos um total de 34,6% que julgam seu conhecimento como insuficiente, comparado a 22,0% quando somamos o total dos que avaliaram Alto/Domínio, isto demonstra uma diferença considerável de 12,6 pontos percentuais entre os respondentes que julgam não compreender o assunto para aqueles que julgam conhecer.

Para entender as principais fontes de conhecimento em finanças pessoais, os respondentes tiveram a possibilidade de selecionar mais de uma opção. A maior frequência de respostas foi no cotidiano (73,6%), seguido por em casa (53,5%), redes sociais (46,5%), cursos/palestras (28,3%), livros (20,1%), Universidade (18,9%) e pessoas que julgam não ter aprendido (7,5%). Isto demonstra claramente que os respondentes julgam que seus conhecimentos em finanças pessoais são provenientes de fontes mais caseiras/informais e obtidos através de convivência e senso comum, enquanto aqueles que julgam conhecer o assunto através de fontes formais de ensino (Universidade, cursos, palestras, livros) representam 27 pontos percentuais do total de respostas no campo “Principais fontes de conhecimentos em finanças pessoais).

4.4. INDICADORES ANTES E DEPOIS DA PANDEMIA

A pandemia de COVID-19 foi um acontecimento com capacidade de impactar transformações comportamentais e financeiras na vida da população. Para compreender se tais mudanças de fato ocorreram, foram apresentadas as sequências de perguntas abaixo:

Tabela 4: Controle financeiro

Indicador Pesquisado	Frequência	%
Você controlava suas finanças antes da pandemia?		
Sim, com frequência	62	39,0%
Sim, esporadicamente	35	22,0%
Não	62	39,0%
Você passou a controlar suas finanças após a pandemia?		
Sim, com frequência	77	48,4%
Sim, esporadicamente	51	32,1%
Não	31	19,5%
Quando sentiu maior necessidade de controlar suas finanças?		
Antes do início da pandemia	53	33,3%
Após o início da pandemia	93	58,5%
Nunca senti esta necessidade	13	8,2%

Fonte: Autor

A tabela 4 acima, o comportamento dos respondentes com relação ao hábito de controlar e monitorar suas finanças, até mesmo os métodos mais básicos de controle foram aceitos. Percebe-se que antes do início da pandemia, do total de respondentes, 61,0%

realizavam algum controle financeiro, mesmo que esporádico, enquanto 39,0% não realizavam qualquer tipo de controle em suas finanças.

Observa-se uma mudança de hábito na mente dos respondentes quando analisamos os números para a mesma questão após o início da pandemia, 80,5% dos respondentes passaram a realizar algum tipo de controle financeiro, isto representa uma mudança relevante de 19,5 pontos percentuais. Ou seja, com o início da pandemia, metade das pessoas que antes não realizavam controles financeiros, passaram a fazer.

Em termos gerais, também foi questionada a percepção dos respondentes para a necessidade de realizar controles financeiros, mais da metade (58,5%) dos respondentes sentem que o período após o início da pandemia foi o momento em que mais sentiram necessidade de controlar suas finanças. Observa-se também que 8,2% dos respondentes julgaram não sentir necessidade em controlar suas finanças, seja antes ou após o início da pandemia, este indicador demonstra que 91,8% da amostra já sentiu a necessidade de controlar sua vida financeira em alguma etapa da vida e mesmo assim não a fez, seja antes (39,0%) ou depois (19,5%) do início da pandemia.

Para entender se também houveram impactos na renda da população, foi construída a tabela 5 abaixo.

Tabela 5: Renda e Situação financeira

Indicador Pesquisado	Frequência	%
A pandemia afetou sua renda familiar?		
Sim, para pior	79	49,7%
Sim, perdi toda minha renda durante a pandemia	5	3,1%
Sim, para melhor	15	9,4%
Não	60	37,7%
Grau de satisfação com a condição financeira no geral, antes da pandemia		
Muito Satisfeito	17	10,7%
Satisfeito	54	34,0%
Razoável	59	37,1%
Insatisfeito	26	16,4%
Muito Insatisfeito	3	1,9%
Grau de satisfação com a condição financeira no geral, após o início da pandemia		
Muito Satisfeito	12	7,5%
Satisfeito	42	26,4%
Razoável	50	31,4%
Insatisfeito	40	25,2%
Muito Insatisfeito	15	9,4%

Fonte: Autor

Observa-se de acordo com a tabela 5 acima, que quase metade (49,7%) dos respondentes, classificam sua situação de renda familiar como pior após o início da pandemia, com destaque para 3,1% da amostra que sofreu perda total de sua renda familiar no período. Ou seja, em termos gerais 52,8% da amostra sofreu impactos negativos na renda após o início da pandemia, enquanto 37,7% não sofreu alterações e 9,4% foi impactada positivamente com as oportunidades advindas do período.

Também foi realizada uma verificação da satisfação dos respondentes com sua condição financeira antes e após o início da pandemia, para isto foi utilizado uma escala do tipo likert de cinco pontos, sendo 5= muito satisfeito, 4= satisfeito, 3= razoável, 2= insatisfeito e 1= muito insatisfeito

No período antes do início da pandemia, no que refere-se à condição financeira, se auto declararam como muito satisfeitos 10,7%; satisfeitos 34,0%; razoável; 37,1%; insatisfeitos 16,4% e muito insatisfeitos 1,9%.

No período após o início da pandemia, no que refere-se à condição financeira, se auto declararam como muito satisfeitos 7,5%; satisfeitos 26,4%; razoável; 31,4%; insatisfeitos 25,2% e muito insatisfeitos 9,4%.

Comparando os dados acima, observa-se uma maior variação percentual, entre aqueles que se julgaram como insatisfeitos (incremento de 8,8 pontos percentuais), seguido por muito insatisfeitos (incremento de 7,5 pontos percentuais). Quando analisamos em termos gerais, aqueles que se declararam em uma situação de conforto financeiro antes da pandemia (Muito satisfeito e satisfeito), temos 44,7% contra 34,0% após o início da pandemia, uma variação considerável de 10,7 pontos percentuais. Enquanto aqueles em uma situação desconfortável (insatisfeitos e muito insatisfeitos) somavam 18,2% antes do início da pandemia, passaram a representar 34,6% após o início da pandemia, uma variação de 16,4 pontos percentuais.

Após analisar e comparar os impactos no comportamento financeiro, renda e grau de satisfação financeira, a tabela 6 abaixo analisa os impactos nas poupanças.

De acordo com a tabela 6 abaixo, é possível observar que antes do início da pandemia 69,2% da amostra conseguia poupar alguma quantia de dinheiro antes do início da pandemia, mesmo que pouco, enquanto 30,8% não conseguiu poupar dinheiro. Após o início da pandemia, observamos uma queda significativa entre aqueles que conseguiram poupar, 52,2% da amostra conseguiu construir poupança enquanto 47,8% passou a não conseguir.

Também foi verificado se os respondentes criaram reservas de emergência antes e depois do início da pandemia. Antes do início da pandemia, é possível notar um equilíbrio entre respondentes que construíram (49,1%) e não construíram (50,9%) uma reserva financeira. Porém, comparativamente, após o início da pandemia 54,1% dos respondentes afirmaram estar construindo uma reserva, nota-se nesta variação uma leve alteração comportamental no que diz respeito à poupar pensando em possíveis momentos futuros de instabilidade.

Tabela 6: Poupança e Reservas - Antes e depois da pandemia

Indicador Pesquisado	Frequência	%
Você conseguia poupar dinheiro antes da pandemia?		
Sim, muito	24	15,1%
Sim, um pouco	86	54,1%
Não	49	30,8%
Você conseguiu poupar dinheiro após o início da pandemia?		
Sim, muito	19	11,9%
Sim, um pouco	64	40,3%
Não	76	47,8%
Antes do início da pandemia, você construiu uma reserva de emergência?		
Sim	78	49,1%
Não	81	50,9%
Após o início da pandemia, você construiu/construirá uma reserva de emergência?		
Sim	86	54,1%
Não	73	45,9%
Após a pandemia, você se vê mais propenso a construir reservas para o futuro?		
Sim	108	67,9%
Não	13	8,2%
Talvez	38	23,9%

Fonte: Autor

Corroborando com o argumento acima, também foi questionado sobre a propensão do respondente em construir uma reserva financeira no futuro, percebe-se que apenas 8,2% da amostra não foi impactada diretamente pela necessidade de uma reserva e julgaram que a reserva não é necessária, enquanto 67,9% se sentem mais propensos para construção da mesma e 23,9% julgaram que talvez estejam mais propensos.

4.5. MENTALIDADE FINANCEIRA

Esta etapa tem por finalidade verificar a mentalidade financeira dos respondentes participantes da pesquisa. Foram feitas três questões relacionadas ao tema, utilizando-se uma escala do tipo likert de cinco pontos, sendo 5= concordo totalmente, 4= concordo, 3= não concordo nem discordo, 2= discordo e 1= discordo totalmente. Quanto ao modo de pensar e as atitudes dos respondentes sobre as suas finanças, quanto mais discordância (mais próximo a 1), melhor sua atitude financeira, conforme dados apresentados comparamos as tabelas 7 e 9. Enquanto na tabela 7 foi questionado quanto ao pensamento antes do início da pandemia, na tabela 9 temos a mesma abordagem para o pensamento após o início da pandemia. As tabelas 8 e 10, são evidências estatísticas para suportar a análise.

Tabela 7: Teste de Pensamento Questão	Discordo totalmente		Discordo		Nem concordo nem discordo		Concordo		Concordo totalmente	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Gastar dinheiro com meus interesses pessoais me parecia melhor que poupar para o futuro	31	19,9%	38	24,4%	46	29,5%	21	13,5%	20	12,8%
Sempre acreditei na frase: "Dinheiro na mão é pra gastar"	74	47,1%	36	22,9%	28	17,8%	10	6,4%	9	5,7%
Não me preocupava com o futuro, apenas vivia o presente	67	42,9%	22	14,1%	35	22,4%	17	10,9%	15	9,6%

Fonte: Autor

A tabela 7, acima, indica a mentalidade financeira dos respondentes antes da pandemia. Percebe-se que a mentalidade financeira dos respondentes no período pré início de pandemia apresenta-se como saudável, considerando as questões realizadas. Para a primeira pergunta, “Gastar dinheiro com meus interesses pessoais me parecia melhor que poupar para o futuro” reúne menos da metade dos respondente, enquanto as outras duas sentenças “Sempre acreditei que ‘dinheiro na mão é pra gastar’.” e “Não me preocupava com o futuro, apenas vivia o presente” quando consideramos discordância parcial ou total reúnem 70,1% e 57,1%, respectivamente. Para ter maior compreensão acerca dos resultados, foi construída a tabela 8, que reúne a média, mediana e desvio padrão do resultado.

Tabela 8

Questão	Média	Mediana	Desvio Padrão
Gastar dinheiro com meus interesses pessoais me parecia melhor que poupar para o futuro	2,74	3	1,269
Sempre acreditei na frase: "Dinheiro na mão é pra gastar"	2,00	2	1,197
Não me preocupava com o futuro, apenas vivia o presente	2,30	2	1,370

Fonte: Autor

Dentre as perguntas realizadas sobre mentalidade financeira, a que possui melhor média levando em consideração uma mentalidade financeira saudável (mais próximo de 1 - discordo totalmente), foi a questão “Sempre acreditei na frase: ‘Dinheiro na mão é pra gastar’.” com média igual a 2,00, seguido por “Não me preocupava com o futuro, apenas vivia o presente” com média igual a 2,30 e por último “Gastar dinheiro com meus interesses pessoais me parecia melhor que poupar para o futuro” com média de 2,74. Assim pode-se afirmar que os respondentes possuíam mentalidades razoavelmente saudáveis em relação à finanças antes do início da pandemia.

Questão	Discordo totalmente		Discordo		Nem concordo nem discordo		Concordo		Concordo totalmente	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Gastar dinheiro com meus interesses pessoais me parece melhor que poupar para o futuro	49	30,8%	53	33,3%	37	23,3%	13	8,2%	7	4,4%
Acredito na frase: "Dinheiro na mão é pra gastar"	85	53,8%	40	25,3%	24	15,2%	7	4,4%	2	1,3%
Não me preocupo com o futuro, apenas vivo o presente	88	55,7%	32	20,3%	27	17,1%	7	4,4%	4	2,5%

Fonte: Autor

A tabela 9, acima, informa quanto a mentalidade financeira dos respondentes após o início da pandemia. Percebe-se que a mentalidade financeira dos respondentes no período posterior ao início da pandemia, comparativamente, é mais saudável que o pensamento antes da pandemia.

As três questões reúnem mais da metade de discordância, seja parcial ou total, “Gastar dinheiro com meus interesses pessoais me parece melhor que poupar para o futuro” reúne 64,1% de discordância total ou parcial, “Acredito na frase: ‘Dinheiro na mão é pra gastar’.” reúne 79,1% de discordância total ou parcial, “Não me preocupo com o futuro, apenas vivo o presente” reúne 75,9% de discordância total ou parcial. Para maior compreensão acerca dos resultados, foi construída a tabela 10 que apresenta a média, mediana e desvio padrão.

Tabela 10

Questão	Média	Mediana	Desvio Padrão
Gastar dinheiro com meus interesses pessoais me parece melhor que poupar para o futuro	2,22	2	1,109
Acredito na frase: "Dinheiro na mão é pra gastar"	1,73	1	0,957
Não me preocupo com o futuro, apenas vivo o presente	1,77	1	1,040

Fonte: Autor

Dentre as perguntas realizadas sobre mentalidade financeira, a que possui melhor média levando em consideração uma mentalidade financeira saudável (mais próximo de 1 - discordo totalmente), foi a questão “Acredito na frase: ‘Dinheiro na mão é pra gastar’.” com média igual a 1,73, seguido por “Não me preocupo com o futuro, apenas vivo o presente” com média de 1,77 e por último “Gastar dinheiro com meus interesses pessoais me parece melhor que poupar para o futuro” com média de 2,22. Com isso, é possível notar uma mudança positiva na mentalidade financeira dos respondentes comparando as medianas antes e depois do início da pandemia.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Levando em consideração os acontecimentos políticos e econômicos internos e externos somados à pandemia do coronavírus, fica notório que instruir-se e pôr em prática conceitos de educação financeira é uma questão fundamental para garantir segurança, seja em tempos fáceis ou difíceis. Com isso, podemos inferir que conhecimentos em finanças pessoais, bons hábitos financeiros, controle e planejamento financeiro são ferramentas essenciais para alcançar liberdade e independência.

Através da análise realizada, verificou-se que a maioria dos respondentes são mulheres, com idade entre 21 e 30 anos. Com relação à condição socioeconômica, a maioria dos respondentes possui renda familiar média acima de 6 salários mínimos e possuem trabalhos assalariados. Na parte de educação financeira a maior parte se julga com conhecimentos razoáveis e indicam que suas principais fontes de conhecimento são no cotidiano e em casa com seu orçamento doméstico.

Ao analisar os hábitos de controle financeiro, foi possível verificar que após o início da pandemia, houve um incremento substancial no número de pessoas que passaram a realizar algum tipo de controle financeiro para organização pessoal, seja frequente ou esporádico, e os mesmos julgam que o início da pandemia foi um fator chave para esta mudança de paradigma.

Os fatores analisados acima podem ser explicados também por conta dos impactos orçamentários causados pelo advento da pandemia, a maioria dos respondentes julgam ter sido impactados negativamente em suas finanças e alguns até mesmo perderam a totalidade de suas fontes de renda. Também é possível destacar a alteração do grau de satisfação financeira, muitas pessoas que antes julgavam levar uma vida financeira confortável após o início da

pandemia mudaram de opinião. Todos estes fatores contribuem para um aumento no interesse e na necessidade das pessoas em controlar seu dinheiro.

Quando falamos de poupança, observamos uma parcela considerável de pessoas que antes do início da pandemia conseguiam obter excedentes de capital para realizar uma poupança e após o início passaram a não conseguir, isso deve-se muito provavelmente aos fatores renda e grau de conforto financeiro, abordado anteriormente. O mesmo vale para reserva de emergência, apesar de poucos estarem conseguindo construir por conta dos impactos da pandemia, muitos passaram a considerar com mais atenção a necessidade e a importância de se realizar uma reserva financeira para uma possível instabilidade econômica.

Ao analisar a mentalidade financeira dos respondentes, identifica-se uma mudança no modo de pensar sobre dinheiro quando comparamos as respostas antes e após o início da pandemia. Conforme a análise estatística realizada, as médias para pensamentos financeiros e atitudes consideradas saudáveis aumentaram consideravelmente após o início da pandemia.

Com renda e poupança limitada, a mentalidade de gastar com supérfluos ou até mesmo interesses pessoais foi substituída pela mentalidade de poupar para o futuro em muitos casos.

Para respondentes com mentalidades e atitudes financeiras mais instáveis, recomenda-se buscar alfabetização e educação financeira através do estudo de finanças pessoais, conforme alguns dados qualitativos obtidos no presente estudo, em tempos de incerteza e escassez, é necessário que haja o mínimo de compreensão, gestão e controle financeiro para garantir um futuro mais seguro e independente. Recomenda-se começar o mais breve possível, muitos adquiriram hábitos financeiros saudáveis por conta da crise pandêmica e pretendem mantê-los para eventuais calamidades que venham a seguir.

A pesquisa foi realizada através de um formulário virtual, seguindo todos os protocolos de saúde recomendados. Sendo solicitado ao público via grupos de Facebook, WhatsApp e Instagram, de modo a captar o máximo de diversidade possível.

6. CONCLUSÕES

O presente estudo teve por objetivo analisar e entender o perfil, situação socioeconômica, conhecimento financeiro, fontes de conhecimentos em finanças, impactos em renda, impactos em poupança e mentalidade financeira dos residentes da cidade do Rio de Janeiro, e entender como a pandemia influenciou no pensamento e no orçamento dos mesmos. Para compreensão do fenômeno, foi desenvolvido um formulário eletrônico com questões pertinentes ao tema, todas respondidas remotamente.

Analisando as respostas obtidas no questionário, foi possível constatar que a pandemia do coronavírus provocou impactos no comportamento e na mentalidade da amostra pesquisada. De acordo com os resultados, uma parcela majoritária de respondentes sentiu-se prejudicada financeiramente, por conta do novo cenário econômico imposto pela crise sanitária do Covid-19. Com isso, muitos sentiram maior necessidade em controlar suas finanças e investir pensando no longo prazo, seja através de poupanças ou até mesmo reservas de emergência. Cabe também destacar para uma clara mudança na percepção dos respondentes quanto à mentalidade financeira, que de acordo com a comparação realizada a partir de três perguntas qualitativas realizadas antes do início da pandemia e depois do início da pandemia, mostra-se mais saudável.

Por fim, este trabalho teve como principal contribuição o estudo dos impactos na renda, na poupança e na mente de uma amostra da população carioca após uma crise sanitária mundial. Bem como, evidenciar que em épocas de crise, as pessoas se sentem mais propensas a adotar hábitos financeiros mais saudáveis, muitas vezes por necessidade.

Para futuras pesquisas, recomenda-se uma ampliação da amostra e outras metodologias para verificar os resultados, uma vez que a amostra coletada é não probabilística e não representativa da população do Rio de Janeiro. Todavia, os resultados obtidos dão indícios dos efeitos financeiros da pandemia na mentalidade financeira dos respondentes.

7. REFERÊNCIAS

WERNECK, GL; CARVALHO, MS. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. *Cad Saúde Pública*, 2020, 36(5):e00068820.

OMS. Coronavírus disease (COVID-19) pandemic, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em 03 de dezembro de 2020.

OMS. WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID 19, 2020. Disponível em: <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-openingremarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em 17 de fevereiro de 2022.

WANG, C; PAN, R; WAN, X. A longitudinal study on the mental health of general population during the COVID-19 epidemic in China. *Brain Behav Immun*, 2020, S0889-1591(20):30511-0.

SHEFRIN, Hersh, *Behavioralizing Finance. Foundations and Trends in Finance*, vol. 4, Nos. 1-2, pp. 1-184, 2010

MANUGRIEBELER, Mini consumidores. Disponível em acesso em 19 de set de 2020.

ORNELL, F; SCHUCH, J; SORDI, A; KESSLER, F. Pandemia de medo e COVID-19: impacto na saúde mental e possíveis estratégias. *Revista debates in psychiatry*, 2020.

REARDON, Sara. Ebola's mental-health wounds linger in Africa. *Nature*, 2015, 519:13-4.

REMUND, D. L. FINANCIAL LITERACY EXPLICATED: THE CASE FOR A CLEARER DEFINITION IN AN INCREASINGLY COMPLEX ECONOMY. *THE JOURNAL OF CONSUMER AFFAIRS*, V. 44, N. 2, P. 276-295, 2010.

OCDE. CENTRO OCDE/CVM DE EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE. IN: CENTRO OCDE/CVM DE EDUCAÇÃO E ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE . [S. L.], 2005. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.OECD.ORG/DAF/FIN/FINANCIATEDUCATION/\[PT\]%20RECOMENDA%C3%A7%C3%A3o%20PRINC%C3%ADPIOS%20DE%20EDUCA%C3%A7%C3%A3o%20FINANCEIRA%202005%20.PDF](https://www.oecd.org/DAF/FIN/FINANCIATEDUCATION/[PT]%20RECOMENDA%C3%A7%C3%A3o%20PRINC%C3%ADPIOS%20DE%20EDUCA%C3%A7%C3%A3o%20FINANCEIRA%202005%20.PDF). ACESSO EM: 1 OUT. 2019

XIAO, JING JIAN; SERIDO, JOYCE; SHIM, SOYEON. FINANCIAL EDUCATION, FINANCIAL KNOWLEDGE, AND RISKY CREDIT BEHAVIOR OF COLLEGE STUDENTS. IN: CONSUMER

KNOWLEDGE AND FINANCIAL DECISIONS. SPRINGER, NEW YORK, NY, 2011. P. 113-128.
YOONG, JOANNE ET AL. A TOOLKIT FOR THE EVALUATION OF FINANCIAL CAPABILITY PROGRAMS IN LOW-, AND MIDDLE-INCOME COUNTRIES. 2013.

HUSTON, S. J. MEASURING FINANCIAL LITERACY. THE JOURNAL OF CONSUMER AFFAIRS, V. 44, N. 2, P. 2010.

AJZEN, I. 1991. THE THEORY OF PLANNED BEHAVIOR. ORGANIZATIONAL BEHAVIOR AND HUMAN DECISION PROCESSES, 50(2):179-211.
[HTTP://DX.DOI.ORG/10.1016/0749-5978\(91\)90020-T](http://dx.doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-T)

PRODANOV, CLEBER C., FREITAS ERNANI C. DE. METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO: MÉTODOS E TÉCNICAS DA PESQUISA E DO TRABALHO ACADÊMICO. 2 ED. RIO GRANDE DO SUL: FEEVALE, 2013, P 277.

REMUND, D. L. FINANCIAL LITERACY EXPLICATED: THE CASE FOR A CLEARER DEFINITION IN AN INCREASINGLY COMPLEX ECONOMY. THE JOURNAL OF CONSUMER AFFAIRS, V. 44, N. 2, P. 276-295, 2010

ATKINSON, A; MESSY, F. (2012), MEASURING FINANCIAL LITERACY: RESULTS OF THE OECD / INTERNATIONAL NETWORK ON FINANCIAL EDUCATION (INFE) PILOT STUDY", OECD WORKING PAPERS ON FINANCE, INSURANCE AND PRIVATE PENSIONS, NO. 15, OECD PUBLISHING, PARIS, [HTTPS://DOI.ORG/10.1787/5K9CSFS90FR4-EN](https://doi.org/10.1787/5K9CSFS90FR4-EN).

MUNDY, S. FINANCIAL EDUCATION PROGRAMMES IN SCHOOLS: ANALYSIS OF SELECTED CURRENT PROGRAMMES AND LITERATURE - DRAFT RECOMMENDATIONS FOR BEST PRACTICES. OECD. MIMEO. 2011.

KAHNEMAN, Daniel. *Rápido e Devagar: Duas Formas de Pensar*. Edição 2012. Editora Objetiva, 2012.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. *Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases*, 1974. Science, 185(4157), 1124–1131. doi:10.1126/science.185.4157.1124

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. *Prospect Theory: an analysis of decision under risk*, 1979. Econometrica, v. 47, n. 2, p. 263-291, Mar

BITENCOURT, C. M. G.. FINANÇAS PESSOAIS VERSUS FINANÇAS EMPRESARIAIS. 2004.85F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO) – PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM ECONOMIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFRGS, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, 2004.

BITENCOURT, CLEUSA MARLI GOLLO. FINANÇAS PESSOAIS VERSUS FINANÇAS EMPRESARIAIS. 2004. 61 F. TESE (MESTRADO CONTROLADORIA) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, RIO GRANDE DO SUL 2004.

EVANGELISTA, ARMINDO APARECIDO ET AL. IN: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, IX,2012, RIO DE JANEIRO. PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA PESSOAS FÍSICAS.12 P EWALD, LUIZ CARLOS. SOBROU DINHEIRO: LIÇÕES DE ECONOMIA DOMÉSTICA.14 ED. RIO DE JANEIRO: BERTRAND BRASIL, 2008, P 182.

FRANKENBERG, L. SEU FUTURO FINANCEIRO: VOCÊ É O MAIOR RESPONSÁVEL. 16 ED. RIO DE JANEIRO: CAMPUS,1999

Conceito de Educação Financeira no Brasil. ENEF. Disponível em: [https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-brasil/#:~:text=Segundo%20a%20OCDE%20\(2005\)%2C,necess%C3%A1rios%20para%20se%20tornarem%20mais](https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-brasil/#:~:text=Segundo%20a%20OCDE%20(2005)%2C,necess%C3%A1rios%20para%20se%20tornarem%20mais) Acesso em: 12 de fevereiro de 2022.